

A fundação da Colônia do Sacramento

Paulo César Possamai
Doutor em História Social - USP
Professor do Departamento de História - UFRN
paulopossamai@cchla.ufrn.br

Resumo

Este artigo visa realizar um estudo sobre os objetivos que levaram a Coroa portuguesa a estender os seus domínios ao Rio da Prata com a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680.

Palavras-chave

Limites, fronteira, expansão, Rio da Prata

A luta entre portugueses e espanhóis pela posse da América é tão antiga quanto a sua descoberta, em 1492. Quando a frota de Cristóvão Colombo, de regresso à Espanha, aportou em Lisboa, D. João II informou-lhe que as terras que acabara de descobrir pertenciam de direito a Portugal. O rei português justificava sua pretensão através das bulas expedidas pelos papas Nicolau V, Calixto III e Sisto IV e ainda, pelo Tratado de Alcáçovas, assinado pelas Coroas portuguesa, castelhana e aragonesa em 1479.ⁱ

Porém, os Reis Católicos, nas Capitulações de Santa Fé, também declararam serem senhores do Oceano Atlântico, conhecido então como “Mar Oceano”. Na verdade, ambas as interpretações eram forçadas e davam ao Tratado de Alcáçovas um alcance que seus termos não comportavam. Segundo o tratado, os reis de Castela e Aragão reconheciam para sempre, como possessões portuguesas, os arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde e todas as ilhas e terras descobertas e por descobrir na costa africana ao sul das ilhas Canárias que, por sua vez foram reconhecidas como possessões espanholas. Não fora discutida em Alcáçovas a posse das terras que porventura existissem a ocidente do “Mar Oceano”, problema que só se revelou a partir do regresso de Colombo da sua primeira viagem à América.ⁱⁱ

Ao mesmo tempo em que D. João II entrou em negociações diretas com os Reis Católicos para resolver a questão, ordenou a preparação de uma frota para mandar às terras recém-descobertas. Por sua vez, Fernando de Aragão conhecia os direitos e privilégios concedidos aos monarcas portugueses por diversas bulas papais com relação aos descobrimentos e por isso aproveitou-se do fato do papa Alexandre VI ser de origem valenciana e que seus interesses políticos e de engrandecimento familiar necessitavam da ajuda do Rei Católico.ⁱⁱⁱ A influência dos espanhóis na

corde papal foi a responsável pela emissão do breve secreto *Inter Coetera* em 3 de maio de 1493, que concedeu-lhes todo o poder, autoridade e jurisdição sobre as ilhas e terras descobertas por Colombo, ou que viessem a ser descobertas no futuro, desde que não estivessem dominadas por qualquer príncipe cristão. Entretanto, dado que o caráter secreto do breve era ineficaz para fazer valer seus direitos, Fernando V apelou novamente para o papa, enquanto tentava impedir o envio da frota portuguesa.^{iv}

Em resposta às pretensões dos Reis Católicos, Alexandre VI expediu, em fins de junho e princípios de julho, as bulas *Inter Coetera* e *Eximie Devotionis*, datadas de 4 e 3 de maio, respectivamente. A primeira concedia aos espanhóis todas as ilhas e terras firmes, descobertas e por descobrir, na direção da Índia ou qualquer outra parte, para ocidente de uma linha traçada de pólo a pólo, que passava cem léguas a ocidente das ilhas dos Açores e Cabo Verde. A segunda atribuía aos mesmos, idênticos privilégios aos que tinham sido concedidos até então aos portugueses na costa africana. Evidentemente, estas bulas papais não foram aceitas pelo soberano português, que recusou nova intervenção papal duvidando da imparcialidade do pontífice, especialmente depois da emissão da bula *Dudum Siquidem*, de 25 de setembro de 1493, que aumentava de forma notável as concessões anteriores. Por isso procurou acertar uma solução para os limites através de negociações diretas com os Reis Católicos. Dessas negociações originou-se o Tratado de Tordesilhas, assinado pelos embaixadores espanhóis e portugueses em 7 de junho de 1494.^v

Este tratado estipulava uma linha divisória que corria de pólo a pólo, passando a 370 léguas para poente do arquipélago de Cabo Verde, cabendo aos espanhóis as terras encontradas a leste do meridiano enquanto que os portugueses ficavam com as que fossem encontradas a oeste do mesmo. Embora a linha horizontal do Tratado de Alcáçovas fosse mais favorável à Coroa portuguesa, a mesma acabou por aceitar a linha vertical das bulas papais com a condição da alteração da medida de 100 para 370 léguas, o que garantiria o monopólio do acesso ao Cabo da Boa Esperança, já que havia a necessidade de dar uma volta em forma de arco para chegar ao Índico.^{vi}

Espanhóis e portugueses comprometiam-se a não fazer descobrimentos, conquistas ou comércio na jurisdição alheia e, para efetuar a demarcação dos limites, concordaram em enviar, dentro de dez meses, algumas caravelas com pilotos, astrólogos e marinheiros. Previa-se a hipótese que a linha cortasse alguma ilha ou continente, e por isso o tratado estipulava que então se fizessem alguns sinais, que continuariam pelo interior, para separar as duas demarcações.^{vii}

Entretanto, problemas técnicos impediram a demarcação dos limites traçados em Tordesilhas. O tratado se limitava a estabelecer uma linha imaginária que passaria 370 léguas a ocidente das ilhas de Cabo Verde, porém não havia estabelecido de quais das ilhas deveria principiar a contagem nem dizia respeito às dimensões da légua com a qual se faria a medição que, por sua vez, estava comprometida pela inexistência de instrumentos adequados para calcular com rigor as longitudes. Outro fator que também contribuiu para o malogro da demarcação foi o fato de que a América não revelou seus tesouros nos primeiros anos do descobrimento, enquanto que a viagem de

Vasco da Gama revelara ao mundo a rota oriental para a Índia, atraindo as atenções das Coroas ibéricas para o Oriente.^{viii}

O debate sobre o traçado a linha de Tordesilhas seria retomado quando chegou à Europa a notícia de que uma frota espanhola, capitaneada pelo português Fernão de Magalhães, chegara às Molucas em 1521, navegando rumo ao Ocidente. Reunidos na Junta de Badajoz, em 1524, os representantes de Portugal e Espanha reiniciaram os debates sobre o ponto de partida de onde se devia começar a contagem do meridiano de Tordesilhas. Nesse momento, mudaram as posições no debate, pois, se antes convinha aos portugueses que as léguas adotadas fossem as mais extensas possíveis e que a contagem se iniciasse na ilha mais ocidental do arquipélago de Cabo Verde para garantir o máximo avanço no Ocidente, agora era necessário defender a idéia oposta a fim de alargar o domínio português no Oriente.^{ix}

A mudança de interesses originou uma cena que poderia ser descrita como cômica, pois em Badajoz os contendores esforçaram-se em defender os antigos argumentos dos rivais, tidos até então como errôneos. Como a junta não resolveu a questão, um novo acordo foi assinado em 22 de abril de 1529 em Saragoça, estabelecendo outra linha divisória no Oriente e a cessão a D. João III dos direitos que Carlos V pretendia ter sobre as ilhas Molucas. Talvez a renúncia do rei da Espanha, por 350.000 ducados, se ligasse à verificação de que as ilhas pertenciam a Portugal fosse qual fosse o sistema de medida utilizado. Mas, se a diplomacia resolvera o problema oriental, continuava sem resposta a questão dos limites na América do Sul.^x

Segundo Jaime Cortesão, desde o começo do século XVI, a inviabilidade da demarcação dos limites traçados em Tordesilhas levou os portugueses a falsear a representação do Brasil nos mapas, *“quer diminuindo consideravelmente a distância entre o nordeste brasileiro e o arquipélago de Cabo Verde, quer distendendo a chamada costa leste-oeste no sentido do Oriente”*,^{xi} visando alargar ao máximo a área de soberania portuguesa na América do Sul. Por seu lado, a cartografia espanhola procurou reduzir o mais possível o hemisfério português, quer no Brasil, quer no Oriente.

Os debates sobre o alcance da linha de Tordesilhas voltariam a ser seriamente discutidos a partir da descoberta do Rio da Prata. Embora mais tarde, quando se iniciaram os debates com a Coroa espanhola sobre o território de Colônia, os portugueses sustentassem que Américo Vespúcio havia descoberto o Prata em 1501, quando explorou a costa do Brasil a mando de D. Manuel I,^{xii} parece mais provável que a expedição de Vespúcio deixou a navegação costeira na altura da ilha de Cananéia. Seguindo o rumo sueste, a tripulação avistou numa latitude próxima de 50 °S uma terra inóspita, gelada. Decidido o regresso, a frota rumou para Serra Leoa, na África, onde se demorou alguns dias antes de regressar a Lisboa.^{xiii}

Mas, se os portugueses não chegaram ao Rio da Prata em 1501, foram efetivamente os primeiros europeus a navegar o rio na expedição dirigida por Henrique Froes (ou Flores), pilotada por João de Lisboa e armada por D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro,^{xiv} que percorreu a costa brasileira

rumo ao sul, onde descobriu o cabo de Santa Maria (atual Punta del Este) e penetrou no Rio da Prata em 1512, provavelmente chegando até o ponto onde mais tarde seria fundada a Colônia do Sacramento.^{xv}

Na viagem de regresso, o capitão-mor trouxe como presente ao rei um machado de prata, a fim de provar a existência de metais preciosos no sertão americano. Pensava-se ainda que o Rio da Prata levasse ao Oceano Pacífico, descoberto por Balboa ao atravessar o istmo do Panamá no mesmo ano. A notícia da expedição portuguesa preocupou Fernando V que, em 1515, mandou para o Atlântico sul uma expedição comandada pelo português, a serviço da Espanha, João Dias de Solis. Composta de três navios, a expedição subiu o Rio da Prata até perto da foz do rio Uruguai, onde Solis e alguns companheiros que desembarcaram com ele foram trucidados pelos indígenas.^{xvi}

Os portugueses voltaram ao estuário platino em 1521-1522 sob o comando de Cristóvão Jaques,^{xvii} enquanto os espanhóis marcaram sua presença na região com as expedições de Magalhães em 1520, Caboto em 1526-1529 e Diogo García, em 1526-1529.^{xviii} A disputa pelo Prata era alimentada pelos relatos de viajantes e aventureiros que falavam de ricas terras desconhecidas que chamavam de “Costa do Ouro e da Prata, serra da Prata, rio da Prata, rei Branco...”^{xix}

O mais famoso desses aventureiros foi o português Aleixo Garcia, náufrago da expedição de Solis, que partiu do litoral paranaense, em 1523, numa expedição rumo ao sertão com quatro ou cinco outros náufragos e uns dois mil índios guaranis. A expedição cruzou o rio Paraná, na altura do Iguaçu, e o Paraguai na região de Corumbá, atravessando o Alto Chaco até chegar às atuais regiões de Potosí e Sucre, onde saqueou algumas povoações incaicas. Embora Aleixo Garcia tenha sido assassinado pelos índios no Paraguai, alguns de seus companheiros conseguiram chegar à ilha de Santa Catarina com algumas amostras dos tesouros andinos.^{xx}

As notícias sobre as fabulosas riquezas do Rio da Prata foram responsáveis pelo desvio da rota da expedição de Giovanni Caboto, veneziano a serviço da Espanha que, em 1525, conseguiu de Carlos V a autorização para atingir o Oriente através do estreito de Magalhães a fim de “*hacer el rescate y cargar los dichos navíos de oro, plata, piedras preciosas, perlas, droguería y especiería, sedas, brocados y otras cualesquier cosas de valor*”.^{xxi} Segundo Laguarda Trías, se não há indícios suficientes que provem que Caboto partiu da Espanha decidido a não ir às Molucas, abundam os testemunhos de que foi durante a escala de três meses que a sua frota fez numa feitoria portuguesa em Pernambuco que o comandante resolveu alterar o destino da expedição. Nesta ocasião, o feitor Manuel de Braga e o piloto Jorge Gomes, que havia participado da expedição de Cristóvão Jaques ao Prata em 1521-1522, informaram a Caboto que aquele rio era o caminho natural para se chegar à famosa Serra de Prata.^{xxii} Indubitavelmente, a esperança de encontrar a fabulosa serra, a partir da navegação do Rio da Prata, contribuiu para que o nome dado pelos portugueses ao rio suplantasse a denominação *Río de Solís*, dada ao mesmo pelos espanhóis em homenagem ao seu suposto descobridor

Visando assegurar o território que, segundo Tordesilhas, lhe pertencia, D. João III enviou uma armada de cinco navios a fim de tomar posse das terras que descobrisse dentro da demarcação portuguesa. A frota, sob o comando de Martim Afonso de Souza, partiu rumo ao Brasil em 3 de dezembro de 1530. Ao chegar a Pernambuco, Martim Afonso enviou duas caravelas para explorar o rio Amazonas e, com o resto da armada, continuou a sua viagem em direção ao sul. Embora, em fins de outubro do ano seguinte, na entrada do estuário platino, uma tempestade provocasse o naufrágio da nau capitânia, Martim Afonso e a maior parte da tripulação conseguiram salvar-se a nado. Devido ao mau estado dos navios e aos fortes temporais que agitavam as águas do Prata, o conselho convocado pelo capitão foi favorável ao retorno da expedição, sendo que o irmão de Afonso de Souza, Pero Lopes de Souza, foi encarregado de, com um bergantim tripulado por trinta homens, dar prosseguimento à missão, colocando padrões nas margens do rio a fim de assegurar sua posse para a Coroa portuguesa, concedendo-lhe um prazo de vinte dias para regressar. Pero Lopes e seus homens deram então prosseguimento à viagem, costeando a margem norte do Prata, passando pela enseada de Montevidéu e ao largo das ilhas de São Gabriel e Martim Garcia, chegando ao delta do Paraná em 2 de dezembro de 1531. A viagem prosseguiu rio acima até o dia 11 do mesmo mês, quando se iniciou o regresso após efetuar-se a instalação de dois padrões no lugar que os índios identificaram como sendo a terra dos Carandins.^{xxiii}

A expedição de Martim Afonso de Souza gerou protestos por parte do governo espanhol, sendo que a imperatriz D. Isabel mandou seu embaixador em Lisboa pedir a D. João III que se abstinhasse de mandar novas expedições ao Rio da Prata, por ser notório que o dito rio ficava dentro da demarcação de Castela. Para o Conselho das Índias, o único remédio para resolver a questão seria o envio de uma armada para povoar a região platina. Seguindo esta política, em maio de 1534, D. Pedro de Mendoza foi nomeado governador e capitão geral das províncias do Rio da Prata, no mesmo ano em que D. João III iniciava a concessão de capitânias a fim de incentivar o povoamento do Brasil.^{xxiv} E, se a princípio, o rei de Portugal planejava fazer a distribuição das terras de Pernambuco até o Rio da Prata, a concessão efetiva chegou somente ao atual estado de Santa Catarina, embora tenha avançado bem além de Pernambuco, rumo ao norte.^{xxv}

A expedição de Mendoza chegou ao Rio da Prata em 1536, onde fundou Buenos Aires na margem direita e Corpus Christi e Buena Esperanza às margens do Paraná. No mesmo ano, Mendoza enviou seu lugar-tenente, Juan de Ayolas, com 170 homens e três navios a procura da lendária Serra de Prata. Juan de Salazar, mandado em socorro de Ayala, fundou, em 1537, a cidade de Assunção, na margem esquerda do Paraguai, em frente à foz do rio Pilcomayo. Dessa nova base saíram outras expedições exploradoras espanholas. Em fins de 1547, Martínez de Irala deixou Assunção com 250 espanhóis e mais de dois mil índios rumo à Serra de Prata. Porém, foi grande a desilusão de Irala ao constatar que a famosa serra já havia sido conquistada pelos espanhóis que tinham vindo pelo norte. Identificara-se, afinal, a lendária serra com o Alto Peru, ou, mais precisamente, com a região de Chuquisaca e Potosí.^{xxvi}

Mesmo que a fundação de Assunção não implicasse na posse de grandes riquezas, sua posição central bloqueou aos portugueses o acesso às riquezas peruanas ao mesmo tempo em que, dali, os espanhóis poderiam coordenar um ataque contra as povoações da costa brasileira.^{xxvii} De fato, buscando uma ligação de Assunção com o mar, os espanhóis instalaram-se primeiro em Iguape e depois em São Francisco do Sul e, mesmo que ambas as tentativas fossem impedidas pelos portugueses, novas propostas foram feitas ao rei da Espanha no sentido de estabelecer-se um porto em Santa Catarina: em 1607 pelo governador Hernandarias e, em 1631, pelo padre Diogo de Torres Bollo.^{xxviii}

A fim de deter a expansão espanhola, o governador-geral Tomé de Souza tentou impedir a comunicação por terra entre São Vicente e Assunção. A fundação, no topo da serra, da vila de Santo André da Borda do Campo provavelmente tinha como objetivo impedir esta comunicação^{xxix} que, entretanto, favorecida pela trilha utilizada pelos índios para suas incursões ao litoral, facilitou o contato com os espanhóis do Paraguai.^{xxx} Tomé de Souza também mandou derrubar os padrões castelhanos que encontrou entre São Vicente e o Prata, mandando substituí-los por padrões portugueses, ao mesmo tempo em que mandou buscar os povoadores de São Francisco, no atual litoral catarinense, onde os espanhóis haviam-se instalado na tentativa de ligar o Paraguai ao oceano.^{xxxi}

Entretanto, na segunda metade do século XVI, a defesa, cada vez mais difícil, das praças do Oriente e do Marrocos, a guerra africana e, por fim, a crise dinástica, absorveram as forças e a atenção da Coroa portuguesa, dificultando a continuação da disputa da região platina com a Espanha que, por sua vez, centralizava sua atenção nas minas peruanas. Assim, a região entre Cananéia e o estuário platino ficou sem a ocupação efetiva de portugueses ou espanhóis por mais algum tempo.^{xxxii}

Mas, se a Coroa espanhola suspendeu sua política expansionista na América, entraram em cena os jesuítas que, através das suas reduções, aumentaram a área sob o controle espanhol. Há muito a missão do Paraguai estava nos planos dos jesuítas da província do Brasil, tendo início efetivo em 1588, quando chegaram a Assunção os padres Ortega (português), Saloni (espanhol) e Filds (irlandês), para dar início à evangelização dos guaranis. Em 1607, foi constituída a província jesuítica do Paraguai, que, além do Paraguai propriamente dito, também abrangia as províncias de Tucumán e do Rio da Prata. A ação dos missionários dirigiu-se a quatro pontos a partir de Assunção: ao norte, o Itatim, no atual estado do Mato Grosso do Sul; a leste, o Guairá, correspondendo aproximadamente ao atual estado do Paraná; e a sudoeste onde os rios Paraná e Uruguai mais se aproximam, na atual província argentina de Misiones, e às margens do rio Jacuí, na província do Tape, no atual estado do Rio Grande do Sul.^{xxxiii}

Entretanto, a expansão espanhola sob o comando dos jesuítas foi barrada pelo movimento bandeirante que surgiu no século XVI, na tentativa de encontrar metais preciosos, mas que, no século seguinte, tomou o caráter predominante de caça ao índio. Rompendo com tradicionais

interpretações da historiografia, John Manuel Monteiro sustenta que o surto bandeirante de 1628-41 relaciona-se mais com o desenvolvimento da economia de abastecimento que então se desenvolvia no planalto paulista do que com a demanda por escravos no litoral açucareiro, já que muitos dos participantes das expedições ao Guairá dedicaram-se posteriormente à triticultura^{xxxiv} e também devido ao fato que o auge da produção de trigo na região de São Paulo, ocorrido entre os anos 1630-80, foi o período em que a concentração de escravos indígenas atingiu suas proporções mais elevadas.^{xxxv}

Os guaranis eram a presa preferida dos bandeirantes por vários fatores: eram numerosos, dividiam-se em pequenas tribos, falavam a “língua geral do Brasil”, estavam no caminho do Peru, e poucos espanhóis habitavam parte de suas terras. As missões jesuíticas estavam ainda mais ameaçadas, *“pois já reuniam e civilizaram as vítimas e porque a companhia - com o duplo desígnio de afastar os neófitos dos encomenderos e servir à Espanha - avança as missões cada vez mais para perto da costa e do domínio português”*.^{xxxvi} Até mesmo determinadas autoridades espanholas favoreceram o avanço dos bandeirantes sobre as reduções indígenas, como foi o caso do governador do Paraguai, D. Luiz de Céspedes Xeria, acusado pela Real Audiência de Charcas de trair o rei e a pátria ao permitir a entrada dos Bandeirantes no Guairá.^{xxxvii} Na verdade, a instalação dos jesuítas na região prejudicou a rede comercial existente entre paulistas e paraguaios que era baseada na troca de produtos europeus e mesmo escravos africanos por indígenas e prata. Por isso, desde o início da implantação das missões, os jesuítas contaram com uma forte animosidade, tanto por parte dos colonos portugueses como dos espanhóis.^{xxxviii}

Entre 1602 e 1623, diversas bandeiras devastaram o Guairá, mas a destruição completa destas reduções foi causada pela grande bandeira de Raposo Tavares em 1628-1629. A devastação continuou nos anos seguintes de 1630-1632, aniquilando até mesmo as cidades espanholas de Ciudad Real e Vila Rica. Reunindo os índios sobreviventes, os jesuítas seguiram para o sul, instalando-se às margens do rio Uruguai, de onde organizaram a criação das Missões do Tape, que tiveram o mesmo fim das reduções do Guairá, pois foram abandonadas em 1639, após sofrer constantes ataques dos bandeirantes.^{xxxix}

As freqüentes depredações ocasionadas pelas bandeiras levaram o rei da Espanha a autorizar a entrega de armas de fogo aos índios,^{xl} que puderam adestrar-se nas artes da guerra entre os anos de 1638 e 1639, quando o governador de Buenos Aires, Mendo de la Cueva, requisitou alguns índios das reduções jesuíticas para participar de expedições punitivas contra tribos insubmissas que inquietavam os habitantes de Corrientes e Santa Fé. Este foi o início de uma mudança de atitude, pois, se antes os missionários haviam-se constituído somente num fator passivo na defesa do território, a partir de então se transformaram numa força militar à disposição das autoridades coloniais espanholas.^{xli} A mudança foi sentida pelos paulistas em 1641, quando uma bandeira foi derrotada pelos indígenas em Mbororé.

Com a Restauração, justificaram-se as bandeiras como um meio de expulsar os espanhóis dos domínios portugueses, recebendo por isso o apoio da metrópole. Neste sentido, elas foram novamente direcionadas para o sul, chegando a aproximar-se de Corrientes, em 1651, e de Santa Fé, em 1660, planejando-se inclusive a conquista da cidade de Buenos Aires com a ajuda dos bandeirantes.^{xlii} Essa conquista era particularmente importante porque com ela os portugueses dominariam o Rio da Prata e através dele obteriam o controle de toda a bacia platina.

Apesar da sua posição estratégica, Buenos Aires teve um início pouco promissor, quando a estagnação econômica, somada às epidemias e aos ataques dos indígenas levaram ao abandono da cidade em 1541, que, entretanto, voltaria a ser fundada novamente em 1580, por Juan de Garay, a fim de facilitar o acesso do Paraguai ao mar. Apesar de ter sido cerceada no seu desenvolvimento, devido à proteção da Coroa às rotas comerciais já estabelecidas, a cidade de Buenos Aires tornou-se um importante centro comercial alimentado pelo contrabando. Não demorou muito para que o eixo comercial que ligava o Brasil à América espanhola do Paraguai se deslocasse para o Rio da Prata, trazendo como consequência a estagnação econômica e o declínio político de Assunção,^{xliii} cujas comunicações com o Peru eram dificultadas pelos problemas oferecidos na travessia do Chaco.^{xliiv}

Para melhor compreendermos os grandes interesses dos portugueses em participar do comércio platino através da fundação da Colônia do Sacramento é necessário realizar um breve estudo do sistema de comércio oficial que a Coroa espanhola implantou nas suas possessões americanas e o papel de Buenos Aires como centro privilegiado do contrabando que fez convergir para as rotas do Atlântico uma parcela considerável da prata extraída nas minas do Alto Peru.

Em 1503, com a fundação da *Casa de Contratación*, a Coroa espanhola instituiu o monopólio régio sobre o comércio ultramarino através da sua centralização em Sevilha, único porto autorizado a comerciar com as colônias espanholas através de rotas rígidas cujos terminais resumiam-se a apenas três: Vera Cruz, na Nova Espanha (México), Nombre de Diós e depois Portobelo, no istmo do Panamá e Cartagena em Terra Firme (litoral caribenho da atual Colômbia). Essa centralização objetivava manter sob um rígido controle todas as operações mercantis com as colônias, especialmente as remessas de metais preciosos para a Espanha.^{xlv}

Em 1526, a Coroa proibiu aos navios mercantes a navegação de ida e volta à América sem a proteção dos navios de guerra, mas somente em 1537 é que eles passaram a proteger o transporte dos metais preciosos americanos.^{xlvi} Durante os anos de 1561 a 1566, o sistema de relações comerciais entre a Espanha e suas colônias na América foi reordenado, reorganização que se manteve até o século XVIII. Pelas ordenanças de 18 de outubro de 1564, completadas em 1565 e 1566, organizou-se a saída de duas frotas separadas que anualmente se dirigiriam à Nova Espanha e à Terra Firme. A primeira partia na primavera em direção ao golfo do México, saindo em princípios de abril, e a partir de 1582, em maio. A segunda zarpava no verão, em agosto, e se dirigia a Portobelo e a Cartagena.^{xlvii}

A partida das frotas anuais freqüentemente tardava e parece mesmo que a maioria delas partiu com atraso. Por sua vez, a demora no regresso à Europa prejudicava a regularidade das viagens de volta à América, pois os comerciantes sevilhanos tinham de esperar a sua chegada para obter os metais preciosos com os quais compravam as mercadorias destinadas às Índias de Castela. Em mais de um ano não zarpou frota alguma da Espanha com destino às suas colônias, que sempre estiveram insuficientemente abastecidas de produtos de consumo europeus. Essa situação não era de todo desagradável para os comerciantes sevilhanos, já que a escassez das mercadorias aumentava em muito o seu valor, resultando em altas taxas de lucro que compensavam todos os riscos do transporte atlântico.^{xlviii} Para os monopolistas espanhóis, um tráfico limitado significava maiores lucros e menos riscos, já que a concorrência entre os compradores em adquirir produtos num mercado mal suprido proporcionava aos vendedores uma grande lucratividade na venda de suas mercadorias.^{xlix}

Depois da descoberta das minas do Peru, a região do istmo do Panamá, então conhecida como *Castilla del Oro*, constituiu um vínculo de importância essencial para o transporte das mercadorias enviadas da Espanha ao Vice-Reino do Peru que, na época, abrangia o Panamá e toda a América do Sul sob o domínio espanhol, com exceção da atual Venezuela.¹ Único porto autorizado a comerciar com o Vice-Reino do Peru, Portobelo vivia dias de euforia quando a cidade enchia-se com a multidão de funcionários, mercadores, comissários, artesãos e carregadores que afluíam à cidade na ocasião em que chegava a frota de Sevilha. Durante o período das feiras os preços dos alimentos subiam descontroladamente e as doenças tropicais dizimavam a população e os visitantes. Dali, as mercadorias eram transportadas em pequenas embarcações pelo rio Chagres até Cruces, onde eram transportadas em lombo de mulas até o Panamá, na costa do Pacífico. Do Panamá, as mercadorias eram embarcadas para Callao, na costa peruana, onde chegavam depois de três semanas de viagem. Daquele porto, as mercadorias, conduzidas por tropas de mulas, chegavam a Lima e dali eram distribuídas a todos os recantos do Vice-Reino do Peru.^{li}

A longa extensão da rota comercial, a diversidade dos meios de transporte empregados, as inúmeras baldeações, a precariedade das vias, as taxas alfandegárias e as altas taxas de lucro auferidas pelos comerciantes elevavam astronomicamente os preços das mercadorias que seguiam a rota oficial de comércio. A norma das feiras do istmo foi sempre taxar o valor das mercadorias pelo dobro de preço que tinham na Espanha. Para alguns gêneros, entretanto, lucros de 150, 300 e 500% não eram raros.^{lii}

Para defender seus lucros através da manutenção do monopólio do comércio, a exemplo de seus colegas de Sevilha, os comerciantes de Lima reuniram-se numa corporação de mercadores chamada *consulado*. Se, para a Coroa espanhola, o sistema monopolista facilitava a fiscalização, para os comerciantes dos *consulados* representava a exclusão dos rivais, estrangeiros ou não, já que os portos menores da Espanha e da América estavam rigorosamente proibidos de participar do comércio atlântico.^{liii}

Os habitantes de Buenos Aires eram os maiores prejudicados pelo monopólio comercial dos comerciantes de Lima, pois, embora através de seu porto a comunicação com a Espanha era muito mais fácil, eles estavam impedidos de comerciar diretamente com a metrópole. Todos os contatos comerciais deveriam seguir a rota oficial de comércio que, como vimos, aumentava o valor das mercadorias diversas vezes, alcançando preços proibitivos aos consumidores de Buenos Aires. Se o regime monopolista era o responsável pelo encarecimento dos produtos importados pelas colônias, a decadência do sistema de frotas, verificado a partir de 1620, piorou a situação, pois, embora incapaz de suprir as necessidades dos colonos, a Coroa insistiu na sua manutenção.^{liv}

A insistência tenaz das autoridades espanholas na manutenção da rigidez das rotas comerciais tinha como objetivo o controle total do comércio com as suas possessões ultramarinas, já que, reservando-se a exclusividade comercial, a metrópole buscava acumular capital às expensas das economias coloniais. Segundo Fernando A. Novais *“o comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, o povoamento e a valorização das novas áreas”*.^{lv}

Apesar da legislação restritiva, os lucros do comércio ilícito eram muito altos para que os setores mais empreendedores da sociedade colonial se submetessem às leis redigidas pelas autoridades metropolitanas. Vários fatores predispunham a região platina a desempenhar um importante papel no desenvolvimento do comércio ilícito: a posição atlântica afastada das rotas oficiais, a vastidão do estuário que impedia uma vigilância eficiente, a relativa facilidade de acesso ao interior através das vias fluviais, a grande necessidade da população em abastecer-se de bens manufaturados e a possibilidade da sua obtenção através do contrabando, em maiores quantidades e a preços muito inferiores aos obtidos através da rota oficial de comércio.^{lvi} Também é importante assinalar que antes de iniciar-se a exploração comercial do gado selvagem, no século XVIII, através da exportação de couros em larga escala, a única forma de acumulação possível em Buenos Aires foi a participação ativa no contrabando.

A primeira tentativa que conhecemos no sentido de estabelecer uma rota comercial entre o Prata e o litoral brasileiro foi executada sob as ordens do bispo de Tucumã, D. Francisco de Victoria, um português de nascimento que, em 1585, enviou um navio mercante à Bahia. Sob o pretexto de descobrir a rota marítima para o Brasil e dali trazer jesuítas, o bispo mascarou os objetivos comerciais da expedição, que foi bem recebida em Salvador e nas escalas que fez em São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A expedição só não foi coroada de êxito devido ao apresamento do navio na entrada do estuário do Prata por um pirata inglês que despojou os espanhóis das mercadorias adquiridas no Brasil. Porém, o bispo de Tucumã, senhor de vastos recursos e com boas relações com os membros da Audiência de Charcas e as autoridades coloniais portuguesas, não desanimou e organizou novas expedições comerciais aos portos brasileiros.^{lvii} De fato, falando da visita da nau episcopal, frei Vicente do Salvador conta-nos que *“daí por diante não*

houve ano em que não fossem alguns navios de permissão real ou de arribada com fazendas, que lá muito estimam e cá o preço universal que por elas trazem”.^{lviii}

Entretanto, a iniciativa de D. Francisco não foi bem recebida pelas autoridades espanholas e a real cédula de 28 de janeiro de 1594, dirigida ao vice-rei do Peru, proibiu a continuação do comércio efetuado pelo porto de Buenos Aires numa tentativa de enquadrá-lo no sistema comercial preexistente, visando defender os interesses econômicos já criados no Peru. A medida da Coroa contrariou a perspectiva dos portenhos de usufruir das vantagens excepcionais do seu porto como acesso ao Atlântico para as povoações espanholas da bacia platina, reduzindo o papel de Buenos Aires a simples mercado consumidor dependente de Lima.^{lix}

No entanto, mesmo proibido, o comércio com o Brasil continuou florescente. Francisco Soares, um mercador português estabelecido no Rio de Janeiro, em 1596 informava ao seu irmão na Europa que, de três em três meses ou quatro, seguiam para o Prata embarcações de 30 a 40 toneladas, conduzindo açúcar, arroz tafetás e outras mercadorias e que a viagem de ida e volta até o Peru durava cerca de cinco meses.^{lx} A razão desse comércio era o alto lucro que proporcionava. Segundo suas palavras:

Aqui, com 500 ducados uma pessoa pode ganhar 5.000 ducados no espaço de cinco meses (...) Um florete que pode custar na Espanha 24 ou 25 reais, aqui se vende por 40 ou 50 ducados; uma rédea para cavalo vende-se aqui por 15 ducados; uma fechadura custa, com a chave, 10 ducados (...); e tudo o mais na mesma proporção. Assim, 1.000 ducados de Espanha devem dar 10.000 ducados de lucro.^{lxi}

Na tentativa de legalizar essa rota comercial, as autoridades portenhas escreveram diversas vezes para a metrópole, embora sem resultado. Como as razões locais de caráter econômico eram negligenciadas pela Coroa, passou-se a insistir sobre argumentos de ordem política, como o risco que corria um porto de tamanha expressão estratégica de cair em mãos de piratas ou de alguma potência estrangeira e então servir de ponta de lança para um ataque às minas de Potosí. Esse argumento parece ter sido decisivo, pois, visando assegurar o desenvolvimento da cidade a fim de atender às razões de ordem estratégica, Filipe III concedeu a Buenos Aires o direito de exportação para o Brasil e a Guiné em 1602. Essa permissão foi prorrogada sucessivamente até 1618, quando uma real cédula permitiu que dois navios por ano de no máximo cem toneladas, saíssem de Sevilha para transportar mercadorias para o Rio da Prata, sendo que estavam autorizados a tocar os portos brasileiros na ida, mas não na volta, a fim de impedir o fluxo de prata para o Brasil.^{lxii} Eram os chamados *navíos de registro* ou *navíos de permiso*. Porém, esses navios nem sempre chegavam a Buenos Aires com regularidade.^{lxiii}

Novas medidas na tentativa de impedir que o porto de Buenos Aires concorresse com os monopolistas limenhos através do abastecimento das províncias do interior, foram oficializadas através da real cédula de 07 de fevereiro de 1622, que proibiu a entrada de moedas de ouro e prata na cidade e instituiu uma aduana seca em Córdoba que taxava as mercadorias entradas pelo porto de Buenos Aires que seguiam para o Alto Peru em 50% do seu valor. Posteriormente, em 1690, a

aduana seca foi transferida para Jujuy, ao norte, na fronteira com o distrito mineiro do Alto Peru, trazendo como consequência imediata a conquista do mercado de Tucumã pelo porto de Buenos Aires.^{lxiv}

Apesar das medidas repressoras, o contrabando, único meio de escapar às restrições ao livre comércio, florescia em Buenos Aires, onde, durante o século XVII, segundo Lafuente Machaín, “*todos los habitantes se hicieron mercadores, unos a cara descubierta, y otros a ocultas, mediante el contrabando realizado por cuenta y riesgo propio o consintiéndolo*”.^{lxv} Por vezes, o comércio ilícito era incentivado pelos próprios governadores, que também participavam dos seus lucros. Segundo Veiga Garcia, “*a convivência das autoridades fazia do comércio ilícito a tônica da economia portenha*”.^{lxvi} De fato, a corrupção chegou a tal ponto que, antes mesmo de deixar a Espanha, Diego de Góngora, nomeado para governar Buenos Aires (1619-1623), já havia contatado certos comerciantes portugueses para unir-se a eles no comércio ilícito no Prata.^{lxvii}

Os interesses ligados ao contrabando eram tão fortes que quando chegavam ao Prata governadores determinados a fazer cumprir a legislação de restritiva ao comércio ilícito, não tardavam em sofrer a oposição do *cabildo*, pois, a lei na qual Filipe II autorizou a venda de determinados cargos públicos possibilitou aos contrabandistas o acesso ao *cabildo* portenho, de onde podiam fraudar o fisco com maior facilidade e preparar a resistência contra os governadores e oficiais reais que pretendessem aplicar as ordens régias de repressão ao comércio ilícito.^{lxviii}

Da participação no contrabando não estavam isentos nem mesmo os jesuítas, que chegaram a convocar um *juez conservador* contra as atividades do *pesquisador general*, enviado a Buenos Aires para investigar o envolvimento do governador Góngora com os contrabandistas portugueses. Depois da morte do governador, em 1623, outro visitador, enviado pela Audiência de Charcas, revelou que o procurador do colégio jesuítico de Buenos Aires, que tinha licença especial para a compra de material de construção e escravos no Brasil, havia comprado mais do que a cota permitida. No ano seguinte, foi apurado que um jesuíta atuava como agente dos contrabandistas buenaerenses, havendo vendido escravos negros em Tucumã e no Peru.^{lxix} Em 1679, chegaram rumores ao Conselho de Índias sobre um acordo entre os jesuítas de Buenos Aires e os contrabandistas holandeses e, em 1686, o capitão de um *navío de permiso* foi autorizado a fundir lingotes de prata peruana no colégio da Companhia de Jesus a fim de mais facilmente burlar o controle da Casa de Contratação. Segundo Magnus Mörner “*el colegio era un factor demasiado importante en la vida económica de Buenos Aires para ser separado del comercio ilegal, que constituía la base del desarrollo de la ciudad*”.^{lxx}

Os principais elementos responsáveis pelo desenvolvimento da rede contrabandista em Buenos Aires eram os portugueses. Sua influência era tão grande no pequeno burgo platino que Lafuente Machaín afirma que ele não poderia subsistir sem o apoio do comércio patrocinado pelos lusitanos.^{lxxi} A importância do comércio ilícito praticado através de Buenos Aires entre os portugueses

e o Alto Peru, pode ser avaliado pelo fato que durante a década de 1620, o contrabando confiscado constituiu a principal fonte de ingressos na Caixa Real do Rio da Prata.^{lxxii}

A relativa proximidade do Prata com os portos brasileiros e a facilidade da obtenção de escravos em suas feitorias na África, eram os principais fatores da preponderância comercial dos luso-brasileiros em Buenos Aires. A permissão, concedida pela Coroa espanhola em 1595, para que os navios negreiros portugueses pudessem levar sua carga ao Rio da Prata, indiretamente serviu como um incentivo ao contrabando, já que esses barcos, além de escravos, geralmente levavam mercadorias destinadas ao comércio ilícito.^{lxxiii} Apesar de inconveniente para o sistema monopolista espanhol, a importação de escravos era de necessidade vital para exploração das minas americanas. Segundo Salvador Gonçalves, é farta a documentação relativa ao emprego de escravos africanos no serviço das minas. Os principais fatores que predispunham a reposição freqüente de mão-de-obra nas regiões mineiras eram a ampliação das áreas de exploração do subsolo e o alto índice de mortalidade causado pelas epidemias, pelas rudes condições de trabalho e pelas baixas temperaturas do planalto andino.^{lxxiv}

Embora a União Ibérica assegurasse uma relativa independência administrativa entre as Coroas de Portugal e Castela, verificada não só na metrópole como também na administração das suas colônias, ela favoreceu os contatos comerciais entre o Prata e o Brasil. Mas, se a burguesia portuguesa havia visto na união das Coroas um meio de acesso à prata espanhola, seus desejos foram frustrados pelas restrições que os reis espanhóis, instados pelos monopolistas de Sevilha, fizeram ao comércio entre Portugal e as Índias de Castela, ao mesmo tempo em que não se interessaram em financiar com a prata espanhola o comércio das especiarias. O contrabando configurou-se então como o único meio de obtenção do metal necessário à continuidade do comércio oriental.^{lxxv}

De fato, a prata era essencial no comércio com a China, onde este metal precioso era escasso. Além de várias mercadorias, como seda e porcelana, o mercado chinês era muito atraente pelo fato de que ali se podia trocar ouro, que o país produzia em boa quantidade, por prata em condições muito vantajosas. Em princípios do século XVII, os portugueses trocavam com os chineses 5,5 pesos de prata por um peso de ouro, enquanto que na Europa e no Japão o peso de ouro valia 12 pesos de prata.^{lxxvi}

Como a totalidade da prata importada do Japão, principal mercado de prata para os portugueses no Oriente, destinava-se ao comércio com a China, havia escassez do metal na metrópole e nos domínios ultramarinos. Portanto o contrabando com o Rio da Prata logo despertou o interesse dos portugueses e já durante o século XVI, a Bahia exerceu a função de centro exportador de produtos manufaturados para Buenos Aires, ao lado do Rio de Janeiro e de Pernambuco.^{lxxvii} Viajantes estrangeiros que passaram por Salvador observaram a grande quantidade de prata em circulação na cidade. Desse comércio não ficava à margem o porto de São Vicente e a vila de São Paulo, onde também circulavam as moedas espanholas.^{lxxviii}

Além dos escravos africanos obtidos por via dos portos do Brasil, as principais mercadorias brasileiras importadas por Buenos Aires eram produtos alimentícios de São Paulo e açúcar e melado da Bahia e Pernambuco. De Portugal vinham pipas de sardinha, sal, pimenta, azeite, vinhos, tecidos do norte da Europa, ferro, estanho, aço, instrumentos agrícolas, utensílios domésticos e madeiras e móveis. Os principais meios de pagamento dessas mercadorias eram os metais preciosos, exportados em forma de jóias, moedas ou barras. Completavam as remessas de metal a exportação de farinha de trigo de Tucumã, carne salgada, couros e sebo para a fabricação de velas.^{lxxix}

François Pyrard, aventureiro francês que visitou a América do Sul durante o período da União Ibérica, deixou-nos um interessante relato de como os contrabandistas burlavam a vigilância dos agentes reais em Buenos Aires:

O Rio da Prata jaz a trinta e cinco graus da banda do sul da América, que é a mesma altura, pouco mais ou menos, do Cabo da Boa Esperança; mas, os que ali vão, fazem-no secretamente e com temor, porquanto o rei de Espanha tem defendido o tratado por estas partes, para não ser defraudado nos seus direitos; e todo o dinheiro que se tira por esta via é tão secretamente que se não pode descobrir, pois a defesa é tão estreita que leva à pena de morte. De sorte que para levarem o dinheiro, atam os sacos cheios dele às âncoras, e depois de saídos os oficiais de el-rei, levantando as âncoras, o guardam, e assim todo o dinheiro que daquelas partes se tira, é roubando e defraudando os direitos de el-rei de Espanha. E nem por isso deixam de tirar dali muito, porque todo o dinheiro que corre no Brasil e em Angola de lá vem.^{lxxx}

Os comerciantes portugueses não só auferiam lucros fabulosos através da venda de suas mercadorias como também lucravam na conversão da prata. O padre Diego de Altamirano afirmava que os comerciantes lusitanos podiam vender suas mercadorias em Buenos Aires com preços 50% inferiores aos dos navios de registro e a muitíssimo menor preço que as mercadorias vindas do Peru pela rota oficial. Acrescentava ainda que os portugueses lucravam ainda mais nos pagamentos feitos em prata, já que, no Brasil, ela valia o dobro do preço que tinha em Buenos Aires.^{lxxx} Segundo Pierre Chaunu, a prata desviada para o Brasil e Portugal talvez tenha chegado a 10%, 20% ou mesmo 25% da produção de Potosí por volta dos dois primeiros decênios do século XVII.^{lxxxii}

A esta rota comercial seguiu-se uma onda imigratória que favoreceu a intensificação do contrabando. Provavelmente, a maior parte dos imigrantes era constituída de cristãos novos, já que a emigração para a América espanhola crescia durante as visitas inquisitoriais ao Brasil. A entrada era mais fácil por Buenos Aires, onde, durante os primeiros tempos, não havia comissário do Santo Ofício, que pelos portos caribenhos, severamente vigiados pela Inquisição. Uma alternativa à rota marítima era o caminho terrestre, passando por São Paulo. Em 24 de dezembro de 1622, avisava-se a Câmara de São Paulo da chegada de vinte e tantas pessoas no navio de Pedro de Carces que pretendiam passar às colônias espanholas pelo caminho proibido. O grupo compunha-se de mulheres disfarçadas de homens, e estes, de mulheres; leigos disfarçados de frades e padres fugidos de seus misteres. Apesar do aviso, não se tomou nenhuma medida para vigiar o caminho para Assunção que

continuou a ser usado, pois informação parecida foi dada à mesma Câmara em primeiro de abril de 1623.^{lxxxiii}

Entretanto, a imigração luso-brasileira não se dava somente em razão das perseguições movidas pelo Santo Ofício, mas também por interesses econômicos, os quais motivavam até os clérigos a aventurarem-se na América espanhola, pois, alegando a falta de bispo no Rio de Janeiro e os perigos da navegação para a Bahia, muitos deles passavam a Buenos Aires para receberem ali a sua ordenação. Enquanto alguns se estabeleciam na cidade, outros seguiam para o Peru “*por ser a terra mais rica*”.^{lxxxiv} Contudo, a forte presença dos cristãos novos marcava esta onda imigratória, levando as autoridades espanholas a identificar todos os imigrantes luso-brasileiros como sendo “judeus” ou “judaizantes”.^{lxxxv}

Favorecidos, em certos aspectos, pela União Ibérica, mas ainda vítimas das perseguições inquisitorias e sentimentos xenófobos, sobretudo depois de 1640, os cristãos novos portugueses desempenharam importante papel na vida econômica da Venezuela, do Peru e do Rio da Prata. Entretanto, a prosperidade alcançada por eles na América não deixou de suscitar invejas e acusações como a de darem ajuda aos inimigos da Espanha a fim de minar o monopólio comercial da Coroa.^{lxxxvi}

De fato, a forte presença luso-brasileira no Prata alarmou a Coroa espanhola que, em real cédula datada de 17 de outubro de 1602, ordenou a expulsão dos portugueses e demais estrangeiros que houvessem entrado sem licença em seus domínios americanos. Em relação aos portugueses, a referida real cédula declarava-os “*gente poco segura en las cosas de nuestra santa fe catolica, judaizantes*”.^{lxxxvii} Em nova real cédula, datada de 27 de outubro de 1603 e dirigida ao governador da província do Rio da Prata, a Coroa espanhola insistiu no cumprimento do que fora estabelecido na cédula de 1602, manifestando sua preocupação com relação a “*algunos clerigos portugueses, y que por estar esa gobernación llena de gente de esta nación y sospechosos en las cosas de la fe*”.^{lxxxviii} Em obediência à cédula real, o governador Manoel de Frías expulsou da província quarenta portugueses solteiros e aconselhou a instalação de um tribunal da inquisição em Buenos Aires, conselho esse que foi renovado em 1610 pelo governador Martín Negrón.

Porém, o desejo das autoridades espanholas de expulsar os portugueses enfrentou a oposição do *cabildo* de Buenos Aires que, como vimos, tinha importantes relações com os contrabandistas. Em 03 de abril de 1605, o mesmo pediu a derrogação da lei de expulsão, pois alegava que a população de origem luso-brasileira “*se trata de un elemento de gran utilidad económica para la ciudad*”.^{lxxxix} O bispo D. Martín Ignacio de Loyola deu seu apoio à petição apresentada pelo *cabildo* alegando que:

no conviene se guarde el dicho auto quando algunas cosas y en particular de los navíos de permisión y de los portugueses casados, y de los que ha años están en esta tierra sirviendo en oficios mecánicos y de la agricultura, porque de su cumplimiento se seguirá la total destrucción de esta ciudad, en lo espiritual y temporal, y de esta Gobernación y aún de la del Tucumán, lo cual contraviene directamente el fin de su Majestad, que es el bien y aumento de esta ciudad y su gobernación.^x

Nota-se que a importância econômica dos portugueses no Prata era de tal vulto que levou o próprio prelado portenho a apoiar a sua causa, mesmo que sobre eles pesasse a então terrível acusação de “judaizantes”. De fato, a maior parte dos imigrantes portugueses dedicava-se ao comércio e aos ofícios manuais, gênero de trabalho que era desprezado pelos cristãos velhos,^{xci} preconceito que perdurou durante todo o período colonial, pois um jesuíta assim descreveu os habitantes de Buenos Aires em meados do século XVIII:

En esta parte del nuevo mundo son tenidos como nobles, todos los que vienen de España, o sea, los blancos; se les distingue de la demás gente en el lenguaje, en el vestido, pero no en la manutención y habitación, que es la de mendigos; no por eso dejan su ufanía y su soberbia; desprecian todas las artes; el que algo entiende y trabaja con gusto, es despreciable como esclavo; por el contrario, el que nada sabe y vive ociosamente, es un caballero, un noble.^{xcii}

Com a restauração da independência portuguesa, em 1640, a pressão contra os luso-brasileiros em terras espanholas aumentou muito. Em Buenos Aires chegou-se a condenar à morte os portugueses vindos da Bahia com a notícia da rebelião lusitana,^{xciii} atitude que revelava o temor das autoridades de que a população aderisse ao movimento da Restauração. Em 1642 iniciaram-se maiores restrições aos portugueses, em cumprimento às reais cédulas de 1641. Consistiam em vigilância severa, e em caso conveniente, destituição dos cargos públicos, proibição de fixarem residência em terras de Espanha, remoção para o interior dos que habitavam o porto e interdição de terem relações comerciais com os súditos de Castela. O governador do Rio da Prata, Jeronimo Luiz de Cabrera, ordenou então o registro e desarmamento de todos os portugueses estabelecidos em Buenos Aires, que seriam então 370 pessoas, ou seja, um quarto da população da cidade, avaliada em 1.500 habitantes.^{xciv}

No entanto, apesar dessas restrições, a população de origem luso-brasileira continuou a ser um importante grupo entre os habitantes de Buenos Aires, pois em 1680, ao planejar seu ataque à Colônia do Sacramento, o governador José de Garro manifestou sua desconfiança com relação à população de origem lusa que habitava a cidade na sua carta endereçada ao vice-rei do Peru, dizendo que:

esta ciudad Señor por la mayor parte se compone de Portugueses sú hijos y descendientes y la ardiente pasión de estes á los otros en que con poco disimulo se dan a conocer me hace desconfiar de que les den la mano y mas estando los de la poblacion en distancia tan corta de ocho leguas.^{xcv}

Mesmo com as restrições tomadas contra os portugueses em 1640, enquanto durou a guerra da Restauração e subsistiu a esperança espanhola de vencer os portugueses, o contrabando entre o Brasil e Prata não foi totalmente interrompido até a assinatura da paz, em 1668, quando o reconhecimento da independência portuguesa consumou a separação dos dois países e revigorou a política protecionista da Coroa espanhola.^{xcvi}

Porém, o rigor em combater o contrabando dependia da atuação dos governantes locais, que podiam ser cooptados pelos contrabandistas mediante o suborno. De fato, sob o pretexto da ordenação de sacerdotes no bispado de Buenos Aires, muitos navios deixavam os portos brasileiros abarrotados de mercadorias. Situação que levou a Coroa a ordenar que, em 1678, o bispo Azcona Imberto iniciasse uma devassa que incriminou o governador D. Andrés de Robles e seus sobrinhos. Entretanto, um fato bastante embaraçoso para o prelado, foi constatar a intensa participação das ordens religiosas no comércio ilícito.^{xcvii}

As incertezas do comércio com Buenos Aires, sempre sujeito à personalidade do governador, que podia ser conivente ou não com o contrabando, foi uma das causas, talvez mesmo a principal delas, que motivaram o estabelecimento dos portugueses às margens do Rio da Prata com a fundação da Colônia do Sacramento, em janeiro de 1680.

De fato, os últimos anos da dominação filipina foram desastrosos para Portugal. Em 1639, os portugueses foram expulsos do Japão, onde perderam um lucrativo mercado e a sua principal fonte fornecedora de prata no comércio com a China. O início da rebelião contra os Habsburgos não só prejudicou o comércio com Buenos Aires como também o que era desenvolvido com as Filipinas, onde os portugueses adquiriam parte da prata que vinha das minas da Nova Espanha.^{xcviii}

Ao fim da Guerra da Restauração (1640-1668), Portugal encontrava-se em péssima situação financeira e pesadamente endividado junto às nações que o auxiliaram a garantir sua independência com relação à Espanha. Fato agravado pelo grande número de concessões feitas aos estrangeiros no comércio colonial para assegurar o reconhecimento da ascensão da dinastia de Bragança ao trono português e também pelo início da produção açucareira nas Antilhas, responsável pela baixa no preço internacional do açúcar, até então a principal fonte de rendimentos da Coroa. Em vista da baixa dos rendimentos dos produtos coloniais, entre o Tratado de Londres de 1661 e os acordos de Methuen (1703), o comércio português foi marcado pela comercialização da produção metropolitana, com a venda de vinhos para a Inglaterra e sal de Setúbal para os Países Baixos.^{xcix}

Por isso, a Coroa passou a adotar uma política que visava desenvolver as potencialidades econômicas da América portuguesa, já que o comércio oriental havia passado para as mãos dos holandeses e parecia definitivamente perdida qualquer ilusão de rearticulação do antigo monopólio comercial português no Oriente.^c A cessão de Cochim e Cananor como parte da indenização devida aos holandeses pelo abandono das suas pretensões no nordeste brasileiro^{ci} e a decisão de, em 1678, revogar a proibição que, desde D. Manuel, impedia a aclimatação de plantas indianas no Brasil, a partir da ordem para que o vice-rei da Índia enviasse mudas de plantas produtoras de especiarias para a América Portuguesa, com o objetivo de escapar ao controle holandês nas regiões produtoras do Oriente, podem ser vistas como marcos desta política.^{cii}

A partir de então, fica claro o deslocamento do eixo dinâmico do Oriente para o Atlântico. De fato, foi a concentração dos esforços na América portuguesa e nos entrepostos africanos, com o

recuo do antigo centro de atividades, irremediavelmente perdido para as novas potências marítimas, que permitiu à Coroa portuguesa manter e mesmo expandir a área da colonização.^{ciii} Dentro desta política de recuperação econômica, o Rio da Prata voltou a interessar aos portugueses pois, desde 1640, quando irrompeu a guerra com a Espanha, o comércio do Rio de Janeiro entrou em decadência acentuada,^{civ} ocasionando uma baixa no preço oferecido pelo contrato dos dízimos, fato que demonstra a importância da rota comercial com o Prata.^{cv}

Ressurgiram então os ambiciosos planos políticos de expansão rumo ao Prata. Salvador Corrêa de Sá, interrogado em 1643, sobre como reabrir o lucrativo comércio com Buenos Aires, sugeriu nada menos que a conquista da cidade e a construção de uma fortaleza em suas proximidades. A conquista seria facilitada pela ajuda dos paulistas, que deveriam atacar o Paraguai, para impedir o envio de reforços espanhóis. Da mesma opinião era o padre Antônio Vieira, que advogava a conquista do Rio da Prata como consolação à cessão de Pernambuco aos holandeses em troca da paz.^{cvi} Aliás, o padre Antonio Ruiz de Montoya, apóstolo do Paraguai, orgulhava-se ao alegar que a pretensa invasão de Buenos Aires e do Peru fora evitada pela vitória que seus índios conquistaram sobre os bandeirantes em Mbororé.^{cvi}

Entretanto, prevaleceu a política de ocupação pacífica das terras em litígio. Em 1646, Salvador Corrêa de Sá, então nomeado governador e capitão-general do Rio de Janeiro pela terceira vez, requereu à Coroa a concessão de uma capitania no território ainda não ocupado pelos europeus entre São Vicente e o Rio da Prata. A donataria deveria abranger trezentas milhas de costa, com extensão indefinida para o interior. Corrêa de Sá comprometia-se a fazê-la crescer e prosperar com seus próprios recursos, mas não ficou esquecida a possibilidade de reabrir o comércio com Buenos Aires. Embora esse pedido tivesse o parecer favorável de um grupo de altos funcionários administrativos e eclesiásticos, foi deixado de lado por D. João IV. Após a morte do rei o pedido foi reapresentado, mas a rainha-regente não tomou nenhuma decisão definitiva a despeito do parecer favorável de dois funcionários.^{cvi}

A doação foi efetivada somente em 1676, quando, sob a regência do príncipe D. Pedro, os portugueses revigoraram sua política expansionista no sul. Foram beneficiados o segundo visconde de Asseca e João Corrêa de Sá, herdeiros de Salvador Corrêa de Sá. A 5 de março de 1676, ficou estabelecido que a nova capitania teria 75 léguas de costa, a serem contadas do cabo de Santa Maria para o norte.^{cix} Nesta concessão, o príncipe regente reservou para si:

o mais terreno da boca do Rio [da Prata] para dentro, que fica para a parte do sul da linha de demarcação e hade correr pelo interior da terra, pertence a Coroa, (...), e estas haõ de ser sempre realengas, sem terem outro dominio.^{cx}

Embora os Corrêa de Sá nunca chegassem a tomar posse efetiva das terras concedidas, a busca de metais preciosos incentivou o progressivo povoamento das terras ao sul de Cananéia. Assim, em 1648, surgiu Paranaguá; em 1658, São Francisco do Sul e, em 1668, Curitiba. No decênio

seguinte, o paulista Francisco Dias Velho requereu uma sesmaria na ilha de Santa Catarina, onde desenvolveu lavouras e erigiu uma capela em honra a Nossa Senhora do Desterro. Entretanto, as incursões dos corsários que freqüentavam a ilha causaram a morte de Dias Velho e levaram seus dois filhos a refugiarem-se em Laguna, onde o vicentino Domingos de Brito Peixoto iniciara uma povoação.^{cxix}

O interesse pelo Rio da Prata continuava forte entre os luso-brasileiros, especialmente entre os comerciantes sediados no Rio de Janeiro. Em várias ocasiões, desde 1640, a Câmara do Rio pediu à Coroa que encontrasse um meio de reabrir o comércio com Buenos Aires a fim de aliviar a pobreza dos habitantes da cidade.^{cxii} Em 1669, o governador-geral do Brasil, Alexandre de Souza e, em 1671, o do Rio de Janeiro, João da Silva de Souza, alertavam o príncipe regente sobre a conveniência do povoamento das terras que até o Rio da Prata se achavam ermas. Silva de Souza informou ainda que os habitantes de Buenos Aires (provavelmente os portugueses) solicitavam a fundação de uma colônia nas proximidades da cidade a fim de se restabelecerem as ligações comerciais com o Brasil. Uma informação de Matias de Mendonça, que estivera em Buenos Aires, aconselhava a ocupação da ilha de Maldonado e a terra firme, onde se podia tirar grande quantidade de couros.^{cxiii} Outro fator de atração eram os boatos que corriam entre portugueses e espanhóis sobre a existência de minas próximas ao Rio da Prata, que estariam sendo secretamente exploradas pelos jesuítas.^{cxiv}

Em fins de 1672, o rei prorrogou o governo de Silva de Souza por mais três anos para que o mesmo passasse ao Prata a fim de fortificar um dos portos que parecesse mais apto para assegurar o comércio com Buenos Aires: Maldonado, Montevideú ou as ilhas de São Gabriel. Recomendava ainda que seguisse para São Paulo e dali conduzisse 600 homens e os índios que achasse necessário. Embora a expedição não se tenha realizado, os espanhóis tomaram conhecimento dos planos dos lusitanos através de alguns seminaristas que foram ordenar-se em Buenos Aires. Em carta de 13 de junho de 1673, o governador do Rio da Prata deu conta das pretensões portuguesas à Coroa espanhola, salientando que a condição para a conservação de Buenos Aires era permitir o comércio entre a cidade e o Rio de Janeiro argumentando “*que los de aqui son tan Portugueses como aquellos, por no aver seis casas que no les toque el serlos enteramente, ó mas de la mitad*”.^{cxv}

A prudente, porém efetiva política de expansão rumo ao Prata que a Coroa portuguesa adotou a partir da Restauração foi legitimada pela criação da diocese do Rio de Janeiro, uma importante vitória diplomática do príncipe D. Pedro junto à Santa Sé. Já no memorial em que o Dr. Lourenço de Mendonça, administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, escreveu, por volta de 1630, sobre a necessidade da criação de um bispado na cidade, descrevia a costa brasileira correndo da boca do Rio da Prata até o cabo do Norte, na província do Maranhão e Rio das Amazonas.^{cxvi} Efetivamente, a Prelazia do Rio de Janeiro, criada em 19 de julho de 1576, tinha como limite sul o Rio da Prata, o que foi confirmado um século depois, quando da criação do bispado do Rio, em 22 de

novembro de 1676, pela bula *Romani Pontificis*, onde Inocêncio XI estabeleceu o alcance da nova diocese que, do Espírito Santo seguia “até o Rio da Prata, pela costa marítima e pelo sertão”.^{cxvii}

A confirmação, obtida através da bula que criara a diocese do Rio de Janeiro, de que o território em litígio que corria de Cananéia ao Rio da Prata fazia parte do Brasil, legitimou a nova tentativa de fundar uma povoação no Prata. Outro fator favorável à retomada pelos portugueses do velho projeto de ocupar as margens do Rio da Prata foi a decadência da Espanha. De fato, o reinado do último Habsburgo espanhol, Carlos II, *el hechizado* (1664-1700), pode ser descrito como “*um completo desastre, uma melancólica história de derrota militar, bancarrota da coroa, retrocesso intelectual e fome generalizada*”.^{cxviii} A soma desses fatores, aliada à necessidade de metal precioso, motivou a Coroa portuguesa a passar à ação.

Em 1677, D. Pedro II instruiu secretamente o tenente-general Jorge Soares de Macedo a visitar Paranaguá para determinar o valor de supostas minas e prata e de lá passar ao Rio da Prata, onde deveria erguer uma fortificação na ilha de São Gabriel.^{cxix} Tendo chegado em São Paulo em fins de 1678, a fim de arregimentar gente e mantimentos, Macedo foi informado pelos sertanistas de que uma expedição ao Prata por terra seria impossível sem a demora de dois anos, o que contrariava a sua intenção de cumprir com brevidade a sua missão.^{cxx}

Em vista deste problema, Jorge Soares de Macedo optou pela viagem marítima e, a 10 de março de 1679, sob seu comando, partiram do porto de Santos sete sumacas rumo ao Rio da Prata. Entretanto, por duas vezes, tempestades obrigaram a frota a regressar ao porto. Na terceira tentativa, uma tempestade ainda maior dispersou a frota, sendo que quatro embarcações conseguiram regressar a Santos enquanto outras três foram dar à ilha de Santa Catarina. Ainda abatido pelo malogro da expedição, Macedo foi informado de que deveria seguir para o Rio de Janeiro a fim de entrar em contato com o novo governador, D. Manoel Lobo, que entretantes havia sido escolhido por D. Pedro para comandar a nova fundação.^{cxxi}

A mal sucedida expedição de Jorge Soares de Macedo teve ainda outro resultado negativo: serviu para alertar o governador do Rio da Prata, que mobilizou suas forças em Buenos Aires, enviou patrulhas guarda-costas para vigiar as margens do Prata e solicitou o auxílio dos índios missionários.^{cxxii} O responsável pela quebra de sigilo fora João Peralta que, de menino, fora levado de Vila Rica para São Paulo quando aquela povoação guairenha fora destruída pelos paulistas. Em 1639, quando deveria ter uns 43 anos, partiu de Itú com destino ao Paraguai, onde se refugiou, pois, envolvido numa rixa, ferira Francisco Pedroso, destacado bandeirante. Em Assunção, informou o governador a respeito da preparação da expedição de Jorge Soares de Macedo, que por sua vez alertou o governador do Rio da Prata.^{cxxiii}

D. Manuel Lobo tomou posse do governo do Rio de Janeiro a 9 de maio de 1679, dando logo início à preparação da expedição que viria a fundar a Colônia do Sacramento. No afã de conseguir seu intento com brevidade, o governador iniciou o recrutamento de todos os homens disponíveis que encontrou: militares, operários aprendizes, negociantes, vagabundos e mesmo

presidiários, que se alistaram em troca do perdão de seus crimes. Embora, a princípio, os cariocas se tivessem mostrado favoráveis à expedição, oferecendo dinheiro ao governador, recusaram-se a continuar a contribuição ao constatar que o peso da expedição caía unicamente sobre a sua capitania.^{cxxiv} A câmara queixou-se que o recrutamento ordenado por D. Manuel Lobo prejudicou sensivelmente a economia do Rio de Janeiro pois, a fim de evitar o serviço militar, muitos agricultores e operários fugiram para as matas, abandonando os engenhos.^{cxxv}

Tendo fretado três charruas, o governador mandou carregá-las com todas as provisões possíveis de serem encontradas no Rio de Janeiro. Dirigiu-se depois a Santos, onde o governador Diogo Pinto do Rego ajudou no fornecimento dos mantimentos necessários à expedição. Mais duas sumacas foram fretadas em Santos, de onde passaram a Cananéia para buscar farinha de mandioca. Ao mesmo tempo, Jorge Soares de Macedo fora enviado à ilha de Santa Catarina, onde deveria ordenar o corte de madeiras e a fabricação tijolos, telhas e cal para a construção da nova povoação.^{cxxvi}

Um cuidadoso estudo de Luís Ferrand de Almeida, baseado em fontes portuguesas e espanholas, calculou o pessoal da expedição em cerca de 300 oficiais e soldados; 76 índios (incluindo mulheres e crianças); 51 negros (incluindo mulheres e crianças); 4 mulatos livres (incluindo uma mulher); 4 sacerdotes; 3 mulheres brancas e um almoxarife. A frota partiu de Santos em 8 de dezembro de 1679 e levou 23 dias até chegar a Maldonado, de onde prosseguiu a viagem até a ilha de São Gabriel, aportando ali em 20 de janeiro de 1680.^{cxxvii}

As autoridades de Buenos Aires não foram surpreendidas pelo estabelecimento dos portugueses no Prata pois, como vimos antes, João Peralta alertara o governador do Paraguai sobre a expedição de Jorge Soares de Macedo. Imediatamente o Superior das reduções jesuíticas e o governador de Buenos Aires foram informados da notícia. Mas, apesar das medidas tomadas para a vigilância da margem norte, a expedição de D. Manuel Lobo foi encontrada por acaso. Em 22 de janeiro de 1680, um espanhol que tinha ido à ilha de São Gabriel em busca de lenha, viu os navios portugueses e retornou a Buenos Aires para avisar as autoridades.^{cxxviii}

Ao ter conhecimento da chegada dos portugueses, o governador D. José de Garro enviou ao seu encontro uma comissão a fim de requerer ao comandante dos navios que abandonasse as terras do rei de Espanha, pois se não o fizesse com toda a brevidade, usaria da força para desalojá-lo da região. Embora D. Manuel Lobo tenha recebido os emissários espanhóis com amabilidade, não deixou de demonstrar firmeza na discussão que se seguiu entre portugueses e espanhóis sobre a posição em que a linha de Tordesilhas passava no sul da América, encerrando a discussão com a afirmação de que sem a ordem expressa do príncipe regente não voltaria atrás um passo.^{cxxix}

Recusando as exigências dos espanhóis, D. Manuel Lobo prosseguiu nas obras da fortaleza que denominou Sacramento, enquanto que à futura cidade que pensava em construir nas proximidades denominaria Lusitânia.^{cxxx} Não deixa de ser interessante a escolha do nome da

fortificação, que exaltava a religião católica enquanto que a futura cidade exaltaria a nacionalidade portuguesa, duas forças a representar a vontade com que os portugueses tinham de estabelecer-se definitivamente às margens do Rio da Prata.

A fim de reforçar a nova povoação, D. Manuel Lobo não tardou em escrever ao Rio pedindo reforços de gente e mantimentos. Porém era grande a dificuldade em recrutar novos efetivos para Colônia, pois o Rio de Janeiro sofria com a carência de mão-de-obra. Em 26 de maio, os vereadores cariocas escreveram ao governador que não poderiam mandar mais gente ao Prata pelo prejuízo que tal fato acarretaria à agricultura da capitania e pediam-lhe que remetesse ao Rio os homens que não eram necessários em Sacramento. A câmara não deixou de queixar-se ao rei, em 6 de junho, que o Rio de Janeiro era a única capitania que contribuía para a fundação de Colônia, sugerindo que novos auxílios podiam ser requisitados nas capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente. Em resposta, o rei ordenou que não mais se recrutassem os homens que trabalhassem nos engenhos ou tivessem ofícios.^{cxxxí} As reclamações da câmara do Rio eram injustas com a capitania de São Vicente que, como vimos, também contribuiu com o esforço da fundação de Colônia, porém as mesmas são reveladoras da escassez de mão-de-obra vivida pela cidade.

Entretanto, no Prata, a situação começava a ficar difícil para os portugueses, pois, vendo que D. Manuel Lobo não abandonaria pacificamente o território ocupado, o governador Garro iniciou os preparativos para o ataque, formando uma milícia em Buenos Aires e pedindo 50 homens e 300 cavalos ao governador de Santa Fé, 80 soldados de Corrientes, 300 de Tucumã e 3.000 índios das missões jesuíticas. D. Manuel Lobo também fazia preparativos para a defesa enquanto esperava pelos reforços do pessoal de Jorge Soares de Macedo e dos mantimentos que o mesmo deveria trazer da ilha de Santa Catarina. Entretanto, devido a uma tempestade, a sumaca em que viajava Macedo naufragou próximo ao cabo de Santa Maria em 24 de fevereiro. Se bem que toda a tripulação se salvasse, não foi possível prosseguir a viagem na canoa que seguia junto com a sumaca. Por isso Macedo e alguns de seus homens prosseguiram a viagem por terra até as proximidades de Montevidéu, onde foram presos por uma patrulha de índios missionários, sendo remetidos para a missão de Japejú e, posteriormente enviados presos a Buenos Aires.^{cxxxii}

A desproporção entre os atacantes: 280 espanhóis e mais de três mil indígenas, comandados pelo mestre de campo Antonio Vera y Mujica, contra pouco mais de 400 portugueses, e destes, somente cerca de 300 militares, não deixava dúvidas quanto à vitória dos espanhóis, mesmo porque os baluartes de terra somente podiam deter momentaneamente o assalto, mas não impedi-lo. A defesa de Colônia ficara sob a responsabilidade do capitão Manuel Galvão, desde que uma febre obrigara D. Manuel Lobo a permanecer na cama. Na madrugada de 7 de agosto iniciou-se o ataque espanhol, que teve lances de heroísmo, como o do capitão Galvão que lutou até a morte, no que foi seguido por sua mulher, Joana Galvão, que recusou a rendição e morreu em combate, brandindo a espada do marido,^{cxxxiii} atuação que lembra as heroínas das praças do norte da África comentadas por Boxer.^{cxxxiv}

Em carta ao príncipe regente, D. Manuel Lobo queixou-se da ferocidade dos índios durante o assalto à cidadela. Acusou os jesuítas espanhóis de atizar o ódio dos indígenas contra os portugueses, dando-lhes repetidas ordens para que nenhum branco escapasse com vida, violência que causou estranheza aos próprios espanhóis. Teriam sido cruelmente assassinados todos os portugueses que não conseguiram refugiar-se na igreja, sob a proteção dos jesuítas portugueses e na casa de D. Manuel Lobo, cuja defesa tomou a seu cargo o comandante Vera y Mujica. Para provar a intenção dos jesuítas de exterminar os portugueses, Lobo ressaltou que *“a pesar de no matar a ninguno de los negros ni los indios de los nuestros, en los blancos rendidos hicieron cruel estrago, no escapando sexo ni edad”*. A razão do massacre não passou despercebida ao comandante português, pois dizia que *“influye en estos hombres el temor de que en la demarcación de estas terras y en la parte que corresponde a V. A. quede una gran parte de sus reductos”*.^{cxxxv}

Segundo Luís Ferrand de Almeida 125 homens morreram em combate, 132 foram aprisionados, 13 desertaram e cerca de 30 morreram de doença.^{cxxxvi} Os sobreviventes foram levados prisioneiros a Buenos Aires e somente em 20 de setembro de 1680, em resposta às cartas de D. Manuel Lobo, chegou a Colônia o reforço vindo do Rio de Janeiro, quando já fazia mais de um mês que a fortaleza fora destruída pelos espanhóis. Antes de retornar ao Rio, com a autorização do governador Garro, o capitão pôde comunicar-se com Lobo e levar um relato da tomada de Colônia. Temendo que a população de origem lusa que vivia em Buenos Aires pudesse tentar libertar os prisioneiros, Garro os oficiais portugueses para o Chile^{cxxxvii} enquanto que Lobo, ainda doente, e mais alguns de seus homens foram mandados para Córdoba. Com a notícia do armistício, D. Manuel Lobo foi enviado a Buenos Aires, onde morreu em 13 de janeiro de 1683.^{cxxxviii}

Parecia ter acabado melancolicamente o sonho da Coroa portuguesa de reabrir o lucrativo comércio com o Rio da Prata e, ao mesmo tempo, aumentar seu poderio através do domínio e exploração de uma vasta região ainda não ocupada por nenhuma potência européia. Entretanto, o príncipe D. Pedro não aceitou pacificamente a destruição dos seus planos de recuperação econômica do Reino através da exploração das riquezas coloniais. Confiante no apoio da França, ao mesmo tempo em que se assegurava da neutralidade da Inglaterra, preocupada em equilibrar seus interesses entre Lisboa e Madri, D. Pedro deu ordem para a mobilização das tropas portuguesas junto à fronteira luso-espanhola. Negando-se a conceder audiência ao embaixador espanhol, o príncipe regente enviou um *ultimatum* à Espanha que, dentro de quinze dias, teria de dar satisfação do ocorrido, castigar o governador Garro, libertar os prisioneiros e devolver o território ocupado.^{cxxxix}

A violenta reação de D. Pedro levava em consideração a fraqueza da Espanha, recém saída de uma guerra desastrosa contra a França, pela qual teve de ceder-lhe o Franco-Condado e várias cidades em Flandres no tratado de paz assinado em Nimègue, em 1678.^{cxli} Efetivamente, a Coroa francesa não tardou em apoiar as pretensões portuguesas a fim de criar novas dificuldades à Espanha, sua tradicional inimiga. Luís XIV prometeu *“que o Príncipe Regente receberia de El-Rei*

Católico toda a satisfação pretendida, mas se o negócio tivesse conseqüências, não perderia as ocasiões que se oferecessem de fazer alguns serviços a Sua Alteza”^{cxli}.

Embora a Coroa espanhola fosse obrigada a ceder à pressão luso-francesa através da devolução do território da Colônia do Sacramento, segundo o Tratado Provisional de 1681, foram bastante difíceis os primeiros anos que se seguiram ao restabelecimento dos portugueses em Colônia em 1682. Às restrições do governo de Buenos Aires, que procuravam impedir o contrabando e a exploração do gado selvagem que abundava nos campos da margem norte do Rio da Prata, se somaram a corrupção generalizada que marcou o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1689). A situação melhorou sensivelmente sob as administrações de Francisco Naper de Lencastre (1689-1699) e de seu sucessor, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), com o incremento da política de povoamento e a intensa exploração das riquezas pecuárias do atual território uruguaio. Porém, a Guerra da Sucessão Espanhola colocaria Portugal e Espanha em campos opostos na Europa, resultando no desencadeamento das hostilidades no Prata e no abandono de Colônia às forças de Buenos Aires em 1705.

A guerra terminou com a assinatura dos tratados de Utrecht, nos quais Filipe V teve de fazer várias concessões a fim de obter o reconhecimento das nações européias à ascensão dos Bourbons ao trono espanhol. O tratado de paz com Portugal, assinado em 1715, assegurou aos portugueses a devolução do território da Colônia do Sacramento. A partir de então, a Coroa portuguesa iniciou uma verdadeira política de povoamento na região, através do envio de sessenta casais da província de Trás-os-Montes. A retomada do contrabando garantiu a remessa de grandes quantidades de prata, ao passo que a exploração do gado selvagem trouxe como conseqüência a luta com os espanhóis e indígenas pelo domínio do território, marcando a fase mais próspera e dinâmica da história da Colônia do Sacramento.

Se os primeiros tempos ainda foram difíceis devido aos problemas de abastecimento que marcaram o governo de Manuel Gomes Barbosa (1716-1722), a situação mudaria radicalmente com a chegada do seu sucessor. A junção do apoio decidido da Coroa à grande capacidade administrativa do governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749) foram os fatores responsáveis por um período de grande desenvolvimento que pode ser considerado como o apogeu da presença portuguesa no Rio da Prata.

Porém, a prosperidade dos habitantes da Colônia do Sacramento preocupava a Coroa espanhola, lesada pelo intenso contrabando, enquanto os colonos e os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. Um incidente diplomático em Madri, sem maiores conseqüências na Europa, forneceu aos espanhóis um motivo para tentar desalojar os portugueses do Prata, dando início ao cerco de Colônia, que se estendeu de outubro de 1735 a setembro de 1737. O envio de reforços e expedições navais conseguiu impedir a retomada de Sacramento, mas não teve sucesso em romper o cerco espanhol, que foi mantido após o armistício, marcando o fim da crescente expansão portuguesa pelo interior do território.

O sítio de 1735 marca, portanto, o início de uma nova fase na história de Sacramento. Depois da assinatura do armistício em 1737 e, particularmente, durante o reinado de Fernando VI (1746-1759), que foi marcado pela reaproximação das Coroas ibéricas, o contrabando voltou a florescer, mas a exploração da riqueza pecuária fez-se antes através da cooperação com os indígenas e espanhóis que da presença efetiva dos portugueses no pampa. Também acabou a expansão agrícola, uma vez que a manutenção do campo de bloqueio impediu a criação de novas quintas nas terras fora do controle dos portugueses.

Embora o Tratado de Madri, em 1750, estipulasse a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, ela jamais foi efetivada, sendo que o Tratado de El Pardo, de 1761, anulou o anterior. A guerra voltaria ao Prata como consequência do conflito europeu que opôs os Bourbons à maior parte das demais nações européias, entre as quais Portugal, resultando na capitulação de Colônia frente ao governador de Buenos Aires, em setembro de 1761. Pelo Tratado de Paris, assinado em fevereiro de 1763, a influência da Inglaterra, novamente líder vitoriosa de outra liga contra Espanha e França, obrigou a Coroa espanhola a devolver Colônia aos portugueses.

Entretantes, uma nova guerra entre Espanha e Portugal, desta vez sem a participação dos seus poderosos aliados europeus (respectivamente França e Grã-Bretanha), possibilitou a reconquista de Sacramento pelos castelhanos em 1777. Sem a ajuda dos britânicos, os portugueses não puderam assegurar seu retorno ao Prata, sendo que o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em outubro do mesmo ano, manteve Colônia em poder da Espanha, situação que seria ratificada pelo Tratado de El Pardo, assinado em março do ano seguinte.

Notas

ⁱ Cf. DOCA, E. F. de Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954, p. 9.

ⁱⁱⁱ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1957, vol. 1, pp. 1-2.

ⁱⁱⁱ Alexandre VI possuía dezesseis bispados e numerosas abadias na Espanha e, em reconhecimento à sua intervenção favorável aos Reis Católicos nas disputas ultramarinas com Portugal, conseguiu para seu filho, César Borgia, o bispado de Valência, cuja renda era de 16.000 ducados por ano. Cf. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1957, tomo 1, pp. 134-135.

^{iv} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* pp. 2-4.

^v *Ibidem*, pp. 4-5.

^{vi} FONSECA, Luís Adão. *Portugal entre dos Mares*. Madrid: MAPFRE, 1993, p. 289.

^{vii} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* pp. 6-9.

^{viii} *Ibidem*, pp. 14-18.

^{ix} CALÓGERAS, João Pandiá. "A Política Exterior do Império". *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, tomo especial, 1927, pp. 47-48.

^x LUNA, Carlos Correa. Introdução à *Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749), pp. XXIV-XXV.

^{xi} CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.* p. 159.

^{xii} "Notícia e justificação do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da Capitania de São Vicente, nas margens do Rio da Prata". In: *Revista de História*. São Paulo, 1977, vol. LXVIII, p. 24.

^{xiii} Cf. GUEDES, Max Justo. "As Primeiras Expedições de Reconhecimento da Costa Brasileira". In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975, vol. 1, tomo 1, pp. 234-239.

^{xiv} Cristóvão de Haro era um comerciante castelhano estabelecido em Lisboa, de onde participou da exploração comercial do Brasil e, através de sociedade com seu irmão, Diogo de Haro, do comércio dos rios da Guiné. Em 1518, Fernão de Magalhães e Cristóvão de Haro passaram para o serviço da Coroa castelhana. Segundo Jaime Cortesão, parece provável que os resultados da expedição de 1513-1514 ao Rio da Prata levaram Cristóvão de Haro a apoiar o projeto espanhol de atingir as

Índias pelo Ocidente e também é provável que os seus informes fossem o principal estímulo para a concretização da expedição comandada por Solís. Cf. CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.* pp. 307-309.

^{xv} ABREU, João Capistrano de. "Sobre a Colônia do Sacramento". Introdução a Simão Pereira de Sá *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1900, pp. XXI-XXII. LAGUARDA-TRÍAS, Rolando. "Antecedentes Políticos de la Fundación de la Colonia del Sacramento". In: DARAGNÉS RODERO, Ernesto. *300 Años de Colonia, Ciclo Conmemorativo*. Montevideo: Universidad de la República, s/d, pp. 35-36.

^{xvi} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* pp. 19-20.

^{xvii} LAGUARDA TRÍAS, Rolando A. "Cristóvão Jaques e as Armadas Guarda-Costa". In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975, vol. 1, tomo 1, p. 261.

^{xviii} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* p. 21.

^{xix} HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 107.

^{xx} CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.* p. 368.

^{xxi} RUBIO, Julián M. *Exploración y Conquista del Río de la Plata (Siglos XVI y XVII)*. Barcelona: Salvat, 1953, p. 54.

^{xxii} LAGUARDA TRÍAS, Rolando A. "A Expedição de Sebastião Caboto". In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975, vol. 1, tomo 1, pp. 314-315.

^{xxiii} LAGUARDA TRÍAS, Rolando A. "A Viagem de Martim Afonso de Souza". In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1975, vol 1, tomo 2, pp. 381-383.

^{xxiv} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.*, pp. 24-27.

^{xxv} HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* p. 117.

^{xxvi} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* pp. 30-31.

^{xxvii} HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.* p. 119.

^{xxviii} *Ibidem*, pp. 130-132.

^{xxix} *Ibidem*, p. 120.

^{xxx} MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 38.

A trilha indígena que conduzia ao Paraguai, com seus oito palmos de largo, era chamada pelos indígenas de "Piabiru" e pelos portugueses, "Caminho de São Tomé". Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 26.

^{xxxi} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* p. 36.

^{xxxii} *Ibidem*, p. 40.

^{xxxiii} *Ibidem*, p. 57.

^{xxxiv} MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.* pp. 76-79.

^{xxxv} *Ibidem*, p. 113.

Sobre o papel de São Paulo como área de abastecimento interno, consultar: BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões. O Processo de Mercantilização de São Paulo Colonial (1681/1721)*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH da USP, 1995, (mimeo).

^{xxxvi} HUBERT, Maxime. *A Vida Cotidiana do Índios e Jesuítas no Tempo das Missões*. São Paulo: Companhia das Letras – Círculo do Livro, 1990, p. 156.

^{xxxvii} FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões Jesuíticas*. 2.ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão – EST, 1986, p. 31.

O governador Céspedes era casado com Dona Vitória de Sá e, portanto, tinha importantes ligações com a poderosa família Sá do Rio de Janeiro. Sobre o assunto, consultar: BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional – Edusp, 1973, pp. 96-105.

^{xxxviii} MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.* p. 69.

^{xxxix} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* pp. 57-59.

^{xl} O ano de 1633 já havia assinalado o fim das Missões do Itatim, inclusive com a destruição da cidade paraguaia de Santiago de Xerez.

^{xli} MÖRNER, Magnus. *Actividades Políticas y Económicas de los Jesuítas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968, pp. 54-55.

^{xlii} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* pp. 60-61.

Sobre os atritos entre bandeirantes e jesuítas veja-se o grande número de documentos organizados por Jaime Cortesão e publicados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)*, *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1569-1760)*, *Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)* e *Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1705-1751)*.

^{xliiii} BANEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata*. 2ª ed. São Paulo: Ensaio – Brasília: UnB, 1995, pp. 33-36.

^{xliiv} DIFRIERI, Horacio A. *Buenos Aires, Geohistoria de una Metropoli*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1981, p. 58.

^{xliv} GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*. São Paulo: Perspectiva, 1982, pp. 14-15. Curiosamente, Garcia não faz referência alguma à importância da Colônia do Sacramento no comércio ilegal no Rio da Prata, embora aborde o papel do contrabando em sua obra.

^{xlvi} WILLIMAN, José Cláudio e PANIZZA PONS, Carlos. *Historia Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1993, vol. 1, p. 39.

^{xlvii} *Ibidem*, p. 40.

^{xlviii} KONETZKE, Richard. *América Latina - La Época Colonial*. 24.ª ed. Madrid: Siglo Veinteuno, 1993, vol. 2, p. 276.

^{xlix} FUNES, Gregorio. *Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán*. 3.ª ed. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cia, 1911, tomo 2, p. 159.

^l KONETZKE, Richard. *Op. cit.* p. 119.

^{li} *Ibidem*, pp. 44-47.

^{lii} *Ibidem*, p. 48.

- iii MACLEOD, Murdo J. "A Espanha e a América: O Comércio Atlântico, 1492-1720". In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp – Brasília: Funag, 1997, vol. 1, p. 368.
- iv *Ibidem*, p. 373.
- lv NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 72.
- lvi ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1973, p. 148.
- lvii CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia – São Paulo: Edusp, 1984, pp. 82-85. Salvador salienta a origem cristã-nova dos envolvidos no tráfico: "Na Bahia, o governador Manuel Teles Barreto enviou até presentes ao bispo Vitória. No Espírito Santo, achava-se à frente da Capitania o segundo Vasco Fernandes Coutinho, cunhado do lic. Ruano Tellez, fiscal de Chuquisaca, e em São Vicente o capitão-mor, Jerônimo Leitão, genro do judeu Tristão Mendes. No Rio de Janeiro, Salvador Correa de Sá". SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negroiro*. São Paulo: Pioneira - Edusp, 1981, p. 142.
- lviii VICENTE DO SALVADOR. *História do Brasil (1500-1627)*. 7.ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia - São Paulo: Edusp, 1982, p. 251.
- lix CANABRAVA, Alice Piffer. *Op. cit.* p. 64.
- lx SALVADOR, José Gonçalves. *Op. cit.* p. 143
- lxi Citado por BOXER, Charles R. *Op. cit.*, p. 90.
- lxii CANABRAVA, Alice Piffer. *Op. cit.* pp. 70-77.
- lxiii KONETZKE, Richard. *Op. cit.* p. 275.
- lxiv MÖRNER, Magnus. "Panorama de la Sociedad del Río de la Plata Durante la Primera Mitad del Siglo XVIII". *Estudios Americanos*. Sevilla, mayo y junio de 1959, vol. XVII, n.º 92-93, p. 204.
- lxv LAFUENTE MACHAÍN, R. *Buenos Aires en el Siglo XVII*. Buenos Aires: Emecé, 1944, p. 85.
- lxvi GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *Op. cit.* pp. 30-31.
- lxvii MÖRNER, Magnus *Actividades Políticas e Económicas de los Jesuítas en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1968, p. 40.
- lxviii TORRE REVELLO, José. *Crónicas del Buenos Aires Colonial*. Buenos Aires: Bajel, 1943, p. 7.
- lxix MÖRNER, Magnus. *Actividades Políticas e Económicas...* *Op. cit.*, p. 40.
- lxx *Ibidem*, p. 99.
- lxxi LAFUENTE MACHAÍN, R. *Op. cit.* p. 86.
- lxxii MÖRNER, Magnus. *Actividades Políticas e Económicas...* *Op. cit.* p. 26.
- lxxiii KONETZKE, Richard. *Op. cit.* p. 310.
- lxxiv SALVADOR, José Gonçalves. *Op. cit.* p. 151.
- lxxv FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 324-342.
- lxxvi RUSSELL-WOOD, A. J. R. *A World on the Move*. New York: St Martin's Press, 1993, p. 144.
- lxxvii Frei Manuel Calado assim descrevia Olinda no período anterior ao domínio holandês: "O ouro, & a prata era sem numero, & quasi não se estimava: o assucar tanto que não avia embarcações para o carregar [...]. O fausto, & aparato das casas era excessiuo, porq' por mui pobre, & miseravel se tinha o q' não tinha o seu serviço de prata. Os nauios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Perú, allí descarregauão o melhor que traziam." Apud: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* p. 80.
- lxxviii CANABRAVA, Alice Piffer. *Op. cit.* pp. 121-123.
- lxxix *Ibidem*, pp. 138-147.
- lxxx PYRRARD, François. "Do Tráfico no Brasil (1611)". In: RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A Fundação do Brasil (Testemunhos, 1500-1700)*. Petrópolis: Vozes, 1992, pp. 350-351.
- lxxxi SIERRA, Vicente D. *Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Unión de Editores Latinos, 1957, vol. 1, p. 489.
- lxxxii CHAUNU, Pierre. *Sevilha e a América nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Difel, 1980, p. 203.
- lxxxiii SALVADOR, José Gonçalves. *Cristãos-Novos, Jesuítas e Inquisição*. São Paulo: Pioneira – Edusp, 1969, pp. 101-104.
- lxxxiv HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 161.
- lxxxv SIERRA, Vicente D. *Op. cit.*, vol. 1, p. 157.
- lxxxvi ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento...* *Op. cit.* pp. 32-33.
- lxxxvii Citado por SIERRA, Vicente D. *Op. cit.* vol. 1, p. 148.
- lxxxviii *Ibidem*, p. 42.
- lxxxix *Ibidem*, p. 43.
- xc *Ibidem*, Idem.
- xcj CANABRAVA, Alice Piffer. *Op. cit.* p. 160.
- xcii "Carta del Hermano Miguel Herre al R. P. Provincial Fco. Molinder." s/d. El Río de la Plata visto por viajeros alemanes del siglo XVIII, según cartas traducidas por Juan Mülm, S. J. In: *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo VII, 1930, pp. 251-254.
- xciii CANABRAVA, Alice Piffer. *Op. cit.* p. 179.
- xciv *Ibidem*, pp. 179-180.
- xcv Citado por: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 57.
- xcvi CORREA LUNA, Carlos. *Op. cit.* p. XXXIII.
- xcvii CÁRBIA, Rómolo D. *Historia Eclesiástica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Alfa y Omega, 1914, tomo II, pp. 20-21.
- xcviii RUSSELL-WOOD, A. J. R.. *Op. cit.* pp. 137-138.
- xcix MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, pp. 248-249.
- c RODRÍGUEZ, Mario. Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705. *Hispanic American Historical Review*. Durham, v. XXXVIII, n. 2, May 1958, pp. 180-184.
- ci MELLO, Evaldo Cabral de. *Op. cit.*, p. 247.
- cii RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Op. cit.* pp. 152-153.

- ^{ciii} NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 19.
- ^{civ} Em 1653, a falta de moeda na cidade obrigou o governador a estabelecer o açúcar como moeda para o pagamento de impostos e soldos ao valor de 1.200 réis a arroba, num momento em que a arroba dessa mercadoria não valia mais que 700 réis, devido à dificuldade em encontrar meios de transporte para levá-la ao Reino. Cf. CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 70.
- ^{cv} RODRÍGUEZ, Mario. *Op. cit.*, pp. 184-185.
- ^{cvi} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Op. cit.* pp. 99-100. O padre Antônio Vieira, em 1648, argumentava ao Marquês de Niza que: “*Também se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra adentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece (sic), cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muitas menores despesas*”. VIEIRA, Antônio. *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 221.
- ^{cvi} HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul In: _____*. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, vol. 1, p. 325.
- ^{cvi} BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 308.
- ^{cix} DOMINGUES, Moacyr. *A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1973, p. 32.
- ^{cx} O Regimento de D. Manuel Lobo (1678). *In: ALMEIDA, Luís Ferrand de*. “Origens da Colônia do Sacramento”. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. XXIX, 1981, p. 119.
- ^{cx} HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral... Op. cit.*, p. 322.
- ^{cxii} RODRÍGUEZ, Mario. *Op. cit.* p. 185.
- ^{cxiii} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa... Op. cit.*, pp. 103-104.
- ^{cxiv} RODRÍGUEZ, Mario Rodríguez. *Op. cit.*, p. 193.
- ^{cxv} “Carta del gobernador de Buenos Aires á S. M. dandole cuenta de lo que ha efectuado, en razón de las noticias que se dieron de que el gobernador de Rio Janeiro tenía orden del Rey de Portugal para poblar la isla de Maldonado y tierra firme...” Buenos Aires 13 de junio de 1673”. *In: Campaña del Brasil. Op. cit.*, pp. 30-33.
- ^{cxvi} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa... Op. cit.* p. 54.
- ^{cxvii} LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, vol. 6, p. 534.
- ^{cxviii} BRANDING, D. A. “A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano”. *In: BETHELL, Leslie (org.)*. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp – Brasília: Funag, 1997, vol. 1, p. 391.
- ^{cxix} RODRÍGUEZ, Mauro Rodríguez. *Op. cit.* pp. 187-188.
- ^{cxix} ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa... Op. cit.* p. 112.
- ^{cxix} PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. 2.ª ed. Porto Alegre: Selbach, 1954, I parte, pp. 387-388.
- ^{cxix} RODRÍGUEZ, Mario. *Op. cit.* p. 189.
- ^{cxix} RODRIGUES, Moacyr. *Op. cit.*, pp. 70-71.
- ^{cxix} MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Op. Cit.*, vol. 1, pp. 42-43.
- ^{cxix} COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século 17*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p. 191.
- ^{cxix} MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Op. cit.*, vol. 1, pp. 43-44.
- ^{cxix} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973, p. 298.
- ^{cxix} MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Op. cit.*, vol. 1, pp. 50-51.
- ^{cxix} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa... Op. cit.* pp. 116-117.
- ^{cxix} “Copia da Carta traduzida del G.^o D. Manel Lobo para el Principe D. Pedro escripta de otra banda en la Ciudad del Sacramento”. Colônia, 12/03/1680. *In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit.* vol. 2, doc. n.º 5, pp. 23-32.
- ^{cxix} COARACY, Vivaldo. *Op. cit.* p. 192.
- ^{cxix} AZAROLA GIL, Luis Enrique. *La Epopeya de Manuel Lobo*. Madrid: Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, 1931, pp. 38-43.
- ^{cxix} *Ibidem*, pp. 54-57.
- ^{cxix} “Quando Cabo de Gué quase foi tomada de surpresa, em 1533, ‘uma mulher possante, grávida de seis meses, chegou transportando às costas grandes pedras que dois homens mal podiam erguer. Ela manejava-as como se nada fosse’. Pois nem esta hercúlea atividade evitou que, três meses depois, desse à luz uma criança normal. Em outra ocasião, quando Arzila parecia prestes a cair perante um furioso ataque dos Mouros, o baixo moral da guarnição foi reanimado por uma das filhas do governador, mulher casada que estava então prenhe e com a barriga à boca de uma filha que logo pariu’. Na companhia da mãe e das irmãs, envergonhou os soldados acobardados para que voltassem aos seus postos e empunhou uma besta com a qual atirou aos mouros”. BOXER, Charles R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Horizonte, 1977, p. 17.
- ^{cxix} “Carta del gobernador de Río de Janeiro, don Manuel Lobo, sobre los acontecimientos acacidos en la Colonia del Sacramento y especialmente sobre su cautiverio. Buenos Aires, 3 de enero de 1683”. *In: AZAROLA GIL, Luis Enrique. Op. cit.* dos. n.º 28, pp. 190-192.
- ^{cxix} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento... Op. cit.* p. 296.
- ^{cxix} Em 09 de novembro de 1680, o capitão D. Pedro de Vera y Aragón foi encarregado pelo governador Garro de levar a Mendoza (que então fazia parte do Chile) o mestre de campo Jorge Soares Macedo, o capitão de infantaria Simão Farto, D. Francisco de Lencastre, Antônio de Magalhães, José Rodrigues e João Godinho. Cf. “Ffee de la entrega y salida de los prisioneros. Buenos Aires, 9 de noviembre de 1680”. *In: Campaña del Brasil. Op. cit.* p. 265.
- ^{cxix} MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Op. cit.*, vol. 1, pp. 88-89.
- ^{cxix} RIVEROS TULA, Anibal M. “Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830)”. *Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo XXII, 1959, pp. 81-82.
- ^{cxli} CORVISIER, André. *La France de Louis XIV*. Paris: SEDES, 1979, pp. 310-311.
- ^{cxli} ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa... Op. cit.* p. 166.